

A. I. Nº - 281079.0018/01-1
AUTUADO - KERO MAIS COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.
AUTUANTE - CARLOS HENRIQUE REBOUÇAS OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 21.03.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0076-02/02

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Ficou comprovada a falta de recolhimento do tributo por antecipação, conforme previsto na legislação. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. LIVROS FISCAIS. FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO. MULTA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE. Decisão unânime.**

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 28/11/01, refere-se a exigência de R\$1.044,46 de imposto, mais multa, tendo em vista que foram constatadas as seguintes irregularidades:

1. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88, conforme Notas Fiscais de números 5380 e 5192.
2. Deixou de apresentar os livros Registro de Apuração do ICMS, Registro de Inventário e RUDFTO, sendo aplicada a multa de R\$80,00.

O autuado alega em sua defesa que é vítima de um estelionato praticado pelo transportador da empresa Comercial Fórmula Ltda., que apresentou as duas GNREs, como se estivessem pagas, sendo repassado ao preposto o valor exato. Citou o art. 171 do Código Penal, ressaltando que só tomou conhecimento da ação criminosa quando a fiscalização comprovou não ter sido efetuado o recolhimento do imposto, sendo então vítima e não autor do ato fraudulento. Por isso, entende o contribuinte que não deve ser penalizado por uma fraude que não cometeu, destacando o art. 915, § 6º do RICMS/97. Disse que pode ser aplicado ao presente caso o art. 961, inciso VII, que se refere à emissão de Certificado de Crédito. Pede que sejam canceladas as multas aplicadas, para que seja recolhido apenas o imposto decorrente da operação realizada.

O autuante apresentou informação fiscal mantendo o Auto de Infração, considerando que o autuado reconhece através da defesa apresentada, que o imposto exigido na autuação fiscal não foi recolhido.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo, constata-se que a infração 01 trata da falta de recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições interestaduais de mercadorias relacionadas nos anexos 69 e 88 do RICMS-BA, tendo em vista que, foi apurada a existência de autenticações falsas em GNERs, encontrando-se os números das notas fiscais objeto do presente processo na relação constante do Relatório de Investigação, fl. 14.

Trata-se de bebida alcoólica (vodka), e por isso, a obrigatoriedade de recolhimento do tributo é prevista no art. 371, inciso I, combinado com o 125, inciso I, alínea “a” do RICMS/97. Assim, observa-se que a exigência fiscal está amparada na legislação, e o contribuinte não contestou os valores apurados pelo autuante, alegando que só tomou conhecimento da irregularidade quando a fiscalização comprovou não ter sido efetuado o recolhimento do imposto, sendo então vítima e não autor de ato fraudulento. Por isso, o contribuinte alega que não deve ser penalizado com aplicação de multa.

Entendo que é subsistente a infração apurada e a multa correspondente está de acordo com o art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei 7.014/96, sendo portanto, aplicada corretamente pelo autuante.

O segundo item do Auto de Infração refere-se à multa de R\$80,00 pela falta de exibição ao fisco de livros fiscais solicitados através de intimação, conforme fl. 06, tendo o contribuinte solicitado o cancelamento para que seja efetuado apenas o pagamento do imposto relativo à infração 01.

De acordo com o art. 142, inciso IV, do RICMS-BA, aprovado pelo Decreto 6.284/97, exibir ou entregar ao fisco os livros e documentos fiscais previstos na legislação tributária, é obrigação acessória do contribuinte, que não deve impedir nem embaraçar a fiscalização, facilitando o acesso aos livros, documentos e demais elementos solicitados. Por isso, é procedente a aplicação da multa.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, considerando que as infrações apontadas estão devidamente comprovadas nos autos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281079.0018/01-1**, lavrado contra **KERO MAIS COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$964,46**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, mais a multa de **R\$80,00**, prevista no art. 42, inciso XX, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de março de 2002.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR